

**CECI JURUÁ** | ceci.jurua@terra.com.br

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

**Resumo** O presente artigo discorre sobre ideias centrais e hipóteses formuladas por Dany-Robert Dufour relativamente ao surgimento de um Sujeito esquizóide. Primeiramente são apresentadas as características desse processo histórico de constituição de um novo Sujeito. Em seguida, são recuperados princípios e dogmas do liberalismo clássico e do neoliberalismo, bem como das principais teorias econômicas que teriam viabilizado, por hipótese, a sacralização do Mercado na pós-modernidade. Para concluir são feitas considerações em torno dos fundamentos ontológicos da religiosidade do capitalismo. **Palavras-chave** Sujeito, liberalismo, neoliberalismo, capitalismo.

**Abstract** This article discusses central ideas and assumptions made by Dany-Robert Dufour for the emergence of a schizoid Subject. First are presented the characteristics of these historical process of formation of a new Subject. Then, are recovered principles and tenets of classical liberalism and neoliberalism, and the main economic theories that have made possible, by hypothesis, the sacralization of the Market in post-modernity. To conclude considerations are made about the ontological grounds of religion in capitalism. **Keywords** Subject, liberalism, neoliberalism, capitalism.

## Introduzindo novas questões e novas hipóteses

E se o capitalismo, no auge de sua glória, viesse a consumir o homem, ao mesmo tempo em que o Capital ameaça destruir a natureza e, com ela, a própria humanidade? Não se trata aqui de um consumo à forma antiga dos canibais, mas de nova e inovadora modalidade social — a redução das cabeças, por exemplo.

Estaríamos nós vivendo e vivenciando um momento em que há forte correlação entre o pleno desenvolvimento da técnica, a razão instrumental, propiciada pelo capitalismo, e a incapacidade de julgar *a priori*, de distinguir entre o verdadeiro e o falso, o certo e o errado, o bem e o mal (um déficit da faculdade da razão pura)?

E se o capitalismo (neo) liberal estiver produzindo um homem novo, mesmo quando dispensa os clássicos e tradicionais programas de reeducação e de coerção *à la Mao*?

Essas questões, e outras correlatas, são analisadas por Dany-Robert Dufour, filósofo, professor de Ciências da Educação na Universidade Paris-VIII, diretor de programa no Colégio Internacional de Filosofia, à luz de uma hipótese radical:

Presentemente, assistimos à destruição do duplo sujeito da modernidade, o sujeito crítico (kantiano) e o sujeito neurótico (freudiano) — aos quais eu não hesitaria em acrescentar o sujeito marxista. E vemos se instalar um novo sujeito “pós-moderno”

...Há uma mudança radical no jogo das trocas que traz consigo uma verdadeira mutação antropológica. A partir do momento em que toda garantia simbólica das trocas entre os homens tende a desaparecer, é a própria condição humana que muda. ...digo que o que é visado hoje em dia são as duas formas sujeito construídas durante a modernidade e definidoras da própria modernidade.

...Em suma, levanto a hipótese de que esse novo estado do capitalismo é o melhor produtor do sujeito esquizóide, esse da pós-modernidade. [O sujeito que convém a esse novo estado do capitalismo] é um sujeito precário, acrítico e psicotizante — entendo por psicotizante um sujeito aberto a todas as flutuações identitárias e, conseqüentemente, pronto para todas as conexões mercadológicas. O cerne do sujeito progressiva-

mente dá lugar ao vazio do sujeito, um vazio aberto a todos os ventos. (Dufour, 2005, os 10 a 22)

Neste artigo procuro apresentar, mais do que debater, as grandes linhas dessa hipótese, seus fundamentos e desdobramentos. Aceitando o desafio de discorrer sobre tema que foge à minha formação profissional, faço-o por uma razão particular. É o fato de o autor vincular a constituição do sujeito pós-moderno à(s) ideologia(s) econômicas à sacralização do Mercado. Por isto após enunciar, na primeira parte deste artigo, as principais características do sujeito pós-moderno, segundo Dufour, apresento em seguida um resumo de duas questões pertinentes:

- Princípios e dogmas do liberalismo clássico e das escolas de economia política na fase histórica em que se desvelam, para o mundo, os primeiros resultados da Revolução Industrial; isto é, aquele período em que “uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político: ‘capitalismo’” (Hobsbawm, 1977, p.21). Aquelas décadas correspondem à era das ferrovias e das exposições universais, nas quais desfilou o exibicionismo burguês antecipando a sociedade do espetáculo. Tento ainda recapitular, na segunda parte do artigo, as linhas mestras do discurso da modernidade.
- Princípios e dogmas do neoliberalismo e das escolas dos (neo)novos economistas clássicos, no longo período que sucedeu às primeiras grandes crises do capitalismo (anos 1870), até a fase pós-moderna da grande “virada neoliberal” (1980), quando antigas crenças são retomadas e reassumem hegemonia. Depara-se a humanidade, na virada dos séculos XX para o XXI, com o fenômeno inesperado de um novo Deus - o divino Mercado. Este é um dos postulados centrais de Dufour.

## O novo sujeito, neoliberal e pós-moderno.

Em meio à prolixa literatura sobre neoliberalismo e pós-modernidade, uma característica ainda não foi abordada por quem de direito. Confrontado à nova realidade, há décadas, o pensamento social tem concentrado seus estudos nos efeitos econômicos e sócio-políticos desses novos tempos. Nem a psicanálise foi capaz, ainda, de iluminar os caminhos obscuros, ou difíceis de trilhar,

das conseqüências de novas ideologias e novas formas de relacionamento social e político sobre a constituição do sujeito, isto é, das modificações introduzidas nos processos de subjetivação.

Sabe-se que a ideologia neoliberal responde a mudanças ocorridas na geopolítica mundial e nas relações de produção. Sua resposta assume, não raro, feições totalitárias que implicam não haver alternativas às configurações ditadas pelas novas tecnologias e pelas determinações de mercados liberados e mundializados. A emergência da pós-modernidade, por outro lado, e de forma coerente com a hegemonia neoliberal, parece apontar para o fim das ideologias, isto é, de “ideologias outras” com princípios diversos daqueles que caracterizaram o século XIX — individualismo e liberdade em todas as frentes de atuação humana, prevalência de direitos tidos por naturais sobre normas e padrões de conduta democrática e historicamente construídos.

Confrontados a essa realidade, “não é exagero dizer que um sentimento de crise profunda atinge os mais sólidos espíritos” (Dufour, 2005, p. 189). Há também uma espécie de paralisia do pensamento, frente à aceitação generalizada de que “toda instituição, vindo interpor entre os indivíduos e as mercadorias suas referências culturais e morais, é doravante mal vinda” (Dufour, 2005, p. 197). Assim, pode-se dizer que a ação do discurso neoliberal converge para a desinstitucionalização — “É preciso não apenas menos Estado, mas menos de tudo o que poderia entrar a circulação da mercadoria” — (Dufour, 2005, p. 197) em um mundo onde tudo tende a se tornar mercadoria.

Nessa corrente de culto à liberação anárquica, que é também um movimento de destruição do que possa parecer entrave à liberdade de opção dos indivíduos, alimentam-se muitas ilusões. Inclusive a que corresponde à mudança de sexo, ilusão que corresponde de fato à confusão entre sexo e gênero, ou à substituição do conceito de sexo pelo de gênero. “Mudar de sexo, no entanto, apontaria para inscrever a demanda da escolha de sexo na extraordinária capacidade do gênero humano de escapar de suas determinações naturais. [Mas] Diga-se o que se disser hoje, nada autoriza crer que a cultura permite transpor todos os estados da natureza” (Dufour, 2005, p.180).

...faz-se hoje como se a auto-fundação no simbólico autorizasse a auto-fundação no real — há hoje a reivindicação da escolha de seu sexo, com certeza amanhã haverá a reivindicação do auto-engendramento por clonagem. Se esses dados são coerentes entre si, é porque há uma ligação

entre a demanda de direito à escolha do sexo e o triunfo do Mercado. (Dufour, 2005, p. 182)

Este Mercado onde, por hipótese, prevalece a soberania do consumidor, assume agora, entre nós, sem que disso se tenha consciência clara, um novo papel, um lugar diferenciado, e se apresenta pois como um grande Sujeito, um Outro ao qual as pessoas se referenciam e do qual elas extraem regras de conduta e de auto-identificação. Ocorre que “o Mercado, enquanto rede, embora estendido aos limites do mundo como na globalização atual, não dá nenhum lugar à falta, nem a um além do sentido” (Dufour, 2005, p.86).

Embora mistificado e divinizado, é lícito supor que o Mercado não é capaz de oferecer respostas a questões fundamentais relativas ao sentido da vida humana, porque ele ignora o Terceiro e só propõe questões duais, o que o impede de ser plenamente sujeito, sustenta Dufour. Falso Outro, a prevalência do Mercado como lócus ideal de fabricação de valores e regras de conduta, conduz na verdade à escalada das definições auto-referenciais.

Por paradoxal que isto possa parecer, coloca-se, em tal situação, a hipótese de que “a exigência de submissão a si seja mais pesada de sustentar que a submissão ao Outro” (Dufour, 2005, p.91) Liberado da neurose, é verdade, e sobretudo de sua forma histórica, no sentido que lhe deu Freud, caracterizada pela dívida para com o Outro. Sem (algum) Outro, todo sujeito torna-se responsável por sua auto-fundação, em trajetória onde podem ocorrer acertos e fracassos, e na qual o fracasso localiza-se na esfera individual. Não há, nesse ponto, como se evitar a lembrança do livro *O Horror Econômico*, de Viviane Forrester, no qual a autora expõe sua visão da crueldade maior do sistema capitalista atual — a capacidade de transferir a responsabilidade de ações sistêmicas dos macro-atores para o indivíduo, transformando vítimas em algozes de si próprios.

É na direção de uma condição subjetiva definida por um estado limite entre neurose e psicose que doravante se define o sujeito pós-moderno, cada vez mais tomado entre melancolia latente (a famosa depressão), impossibilidade de falar na primeira pessoa, ilusão de todo-poder e fuga para frente nos falsos self, nas personalidades de empréstimo, inclusive múltiplas, oferecidas em profusão pelo Mercado. Em outros termos, a pós-modernidade veria o declínio do que Freud chamava de neuroses de transferência em proveito das psico-neuroses narcísicas, contra as

quais a última proteção fica sendo, com frequência, a perversão. (Dufour, 2005, p. 92-93)

À procura de um fio condutor que permita entender melhor o fenômeno da produção desse novo sujeito, Dufour coloca os holofotes no fenômeno da “*dessimbolização*” (grifo do autor) que é preciso estudar de perto, à falta do que cai-se no angelismo da crença numa libertação”. (Dufour, 2005 p. 106)

### A função simbólica

Para Dufour, a construção da função simbólica está ligada à linguagem, à instalação do ser falante, ao papel da verbalização e das relações sociais nas quais ela se insere. De fato, a criança aprende a falar, esta característica específica do ser humano, com os pais e na escola. E, ao mesmo tempo em que interioriza o aprendizado da linguagem, de forma quase natural, incutem-se na criança valores morais e éticos. Comportar-se bem, por exemplo, traduz não apenas as regras ditas, mas também o desejo de imitação, de equivalência, implícitos no fato de que pai e mãe são espelhos, o Outro, um referencial, um critério para a auto-avaliação.

No ato de falar, “o homem não se priva de inventar o que ele chama de realidade”, e é por aí que se estrutura, segundo nosso autor, a função simbólica. Trata-se, para ele, da “essencial transmissão geracional do bem humano mais precioso dentre todos, o discurso.” (Dufour, 2005, p.130) Mas quem ouve não aprende apenas a falar, pois a escuta de estórias, de contos de fadas, por exemplo, é também a ocasião de “soltar a imaginação” criando e recriando heróis, sensações e sentimentos, afetos e desafetos. É também um momento de plena liberdade para a associação de ideias, este processo vinculado à inteligência humana, e para a transmissão de cultura e de saberes.

Convém lembrar aqui a obra de Bruno Bethelem sobre os contos de fada, e sua orientação de que eles sejam transmitidos integralmente à criança, sem a utilização de “miniaturas” ou dos relatos em quadrinhos. Porque, nesses contos, segundo Bethelem, há um simbolismo que não pode ser desvirtuado nem fragmentado sem perda de conteúdo. Os Três Porquinhos, por exemplo, constituiriam, para Bethelem, metáfora do progresso tecnológico, cujo desenvolvimento se apresenta, na história, como modalidade de aumento da proteção do homem frente aos riscos da natureza ou do reino animal.

Ocorre, na sociedade atual, que pai e mãe são cada vez mais solicitados a isolar-se dos filhos, por necessidades de sobrevivência ou por imperativos do Mercado. Estando os pais em casa ou fora de casa, o que se observa é a tendência de as crianças passarem um tempo cada vez maior em frente à televisão, quietos, “sem incomodar”. O desfile de imagens na telinha, que também pode ser a do computador, paralisa a criança, inibe-lhe o imaginário e a construção da função simbólica. “Perdas de memória, dificuldades de concentração, nervosismo, agressividade, insônias apareciam proporcionalmente ao tempo passado diante dela” [a televisão], foi o que mostrou um estudo francês, publicado há vários anos, que observou igualmente haver correlação negativa entre o tempo de assistência à televisão e os resultados de desempenho escolar (Dufour, 2005, p.131)

A influência da televisão é tanto mais negativa, para Dufour, nos casos em que as referências simbólicas da criança não estão bem fixadas, ou se verificam frágeis, colocando em causa a capacidade discursiva e simbólica do sujeito. “Sendo impotente para transmitir sozinha o dom da palavra, a televisão dificulta a antropofiteira simbólica dos recém-vindos, ela torna difícil o legado do bem mais precioso, a cultura.” (Dufour, 2005, p. 132)

Continuando, Dufour expressa a convicção de que a palavra “contém em si mesma uma autoridade” e que “ao não falarem mais segundo a autoridade da palavra, eles [os novos alunos mal instalados na função simbólica] também não podem mais escrever e não podem mais ler” (Dufour, 2005, p. 134-135). À perda da autoridade da palavra, somam-se, na atualidade, a perda da autoridade de pais e mestres, fato por ele designado “negação geracional”, sobre a qual não me alongarei neste artigo. O importante agora, nessa exposição sumária das ideias do autor sobre o sujeito pós-moderno, é delinear a relação entre autoridade e sujeito crítico, relação que ele estabelece recorrendo a Kant, o qual acreditava que “para formar um sujeito crítico, era preciso bloquear a possibilidade de mau uso de sua liberdade” (Dufour, 2005, p.140).

Está em vias de extinção entre nós, explica Dufour, o pedagogo ou professor que procurava transmitir saber, por todos os meios possíveis, e exigia dos alunos entrar no discurso do saber. Duas revoluções, a áudio-visual e a pedagógica, introduziram na escola o *talk show* televisivo “onde cada um pode ‘democraticamente’ dar sua opinião” (Dufour, 2005, p.142). De certa forma, observo, opiniões substituíram verdades, relativas sim, pois sujeitas a ideologias e às limitações do saber individual, mas, de qualquer forma, verdades. Verdades, ou postulados aceitos como tal, constituem algo qualitativamente distinto de opiniões pessoais, como as que proliferam em blogs.

Dessimbolização ou deficiências graves na estruturação da função simbólica, conduzem à incapacidade de crítica, ao não-julgamento ou ao juízo auto-referenciado segundo “o meu prazer, a minha felicidade, a minha vontade” e tantas outras manifestações apegadas à satisfação pessoal. Ao neoliberalismo interessa, segundo Dufour, esse sujeito a-crítico e, tanto quanto possível, psicotizante.

Isto é, um sujeito disponível para todas as conexões, um sujeito incerto, indefinidamente aberto aos fluxos do mercado e comunicacionais, em carência permanente de mercadorias para consumir. Um sujeito precário, em suma, cuja precariedade mesma é exposta à venda no Mercado, que pode aí encontrar novos escoadouros, tornando-se grande provedor de kits identitários e de imagens de identificação. Como Foucault havia profetizado há vinte anos, o mundo se tornou deleuzeano. Com efeito a forma sujeito atual está se inclinando para o lado do esquizô, única forma possível de navegar ao sabor dos fluxos múltiplos. (Dufour, 2005, p.118)

o sujeito neoliberal e pós-moderno é esquizóide

As exigências da pós-modernidade apontam, a descoberta foi de Deleuze, diz Dufour, para um sujeito esquizóide que seja capaz de fazer investimentos todo o tempo, ao sabor dos ventos e do ar dos tempos. A diferença maciça entre a neurose clássica (freudiana) e o “esquizô” de Deleuze, assim a explica Dufour:

O primeiro foi o resultado da impossibilidade de correspondência das relações de aliança e das relações de filiação (...); o segundo se define por uma modalidade de subjetivação que não foi atingida pelas grandes dicotomias fundadoras da identidade. Segundo Deleuze, ele não seria homem nem mulher, apenas um local transitado por investimentos variados e flutuantes. Isto equivale a dizer que o esquizô de Deleuze é o sujeito ideal para o Mercado, pois é um sujeito desinibido, sem culpabilidade, sem superego, que deve saber “jongler”, mudar de formas, de identidades pessoais, de identidades sexuais e de localização. É um sujeito apto a maximizar seus ganhos/benefícios aqui e agora, a fim de voltar ao jogo e reinvesti-los ao menor sinal. A forma ideal deste novo santo é o *esquizô* na vida social, o *hacker* na informática e o *raider* na finança. (grifos do autor) (Dufour, 2007, p.108-109)

Ao colocar, portanto, a questão da mutação pós-moderna das modalidades de subjetivação, Dufour sustenta que a condição subjetiva está submetida à historicidade e que o sujeito atual, de nossos dias, não é mais o mesmo com que convivemos há uma geração (Dufour, 2005, p.24). Analisando a epistemologia da palavra sujeito, aquele que é submetido, ele assinala que tal condição — de sujeito, submisso, submetido — só é viável se existir um Outro, ao qual se submeter, se sujeitar, e que esse Outro variou ao longo do tempo. Quem é e como entender esse Outro ?

O Outro é a instância pela qual se estabelece para o sujeito uma anterioridade fundadora a partir da qual uma ordem temporal se torna plausível; é também um “lá”, uma exterioridade graças à qual pode se fundar um “aqui”, uma interioridade. (Dufour, p.38)

Esse novo processo de subjetivação emerge com a sacralização do Mercado, e porque atinge a essência do Ser Humano pode ser visto como o traço maior de ruptura com a modernidade, que deve tudo a dois sujeitos intimamente ligados pela relação com as múltiplas figuras do Outro que a caracteriza. Ali tínhamos estabelecido que todo indivíduo normalmente constituído está impossibilitado de seguir o conjunto de máximas morais de ação exigíveis do sujeito transcendental, máximas que Kant expôs em sua *Crítica da Razão Prática*.

A multiplicidade de formas do grande Sujeito e das figuras do Outro, na modernidade, acarretaram também uma consequência maior — a condição subjetiva não pode mais ser definida apenas pela crítica, mas também pela neurose da parte dos processos primários, isto é, do inconsciente, segundo Freud. Assim, o sujeito freudiano, sujeito à culpabilidade, e o sujeito kantiano, submetido à moral, formavam um par. No que se refere ao sujeito moderno, observa Dufour, poderíamos dizer que é um “Kant com Freud” que o caracteriza. O primeiro nasce, de algum modo, da impossibilidade de satisfazer à liberdade crítica exigida do segundo.

E, completa nosso autor, não é de admirar que se multipliquem as observações acerca da perda de referência dos jovens, pois na verdade eles experimentam uma nova condição subjetiva cuja chave ninguém possui.

Meu passo seguinte, nessa tentativa de apresentação sumária das ideias de quem já considero um mestre, é o entendimento de como foi possível chegarmos a esta situação de tamanha e ameaçadora onipotência de uma entidade abstrata, disforme, de multiplicidade infinita e âmbito universal. Inicialmente Dufour nos

remete à obra de Louis Dumont, publicada em 1976, sobre as origens e desenvolvimento da ideologia econômica.

Aí, Dumont afirmava que, a partir do século XVIII, havíamos saído paulatinamente do pensamento de um “Homo hierarchicus” e havíamos chegado ao pensamento de um “Homo aequalis”, através do pensamento econômico. Em outras palavras, ele sustentava que havíamos saído de um mundo holístico transcendente dominado pela ideia de um todo, representado na Europa pelo pensamento divino ao qual era preciso se submeter, para entrar em um mundo onde domina o individualismo construído sobre a autonomia dos atores ou dos agentes. (Dufour, 2007, p.102, tradução livre)<sup>1</sup>

Depois, e com base na opinião que a estrutura de crenças é atualizável em permanência, Dufour manifesta sua convicção de que a invenção do mercado por Adam Smith tratou-se, na verdade, de um esforço de base teológica. Na ausência dessa suposição e da aceitação dos vínculos entre capitalismo e metafísica, diz nosso autor, não poderíamos entender a sacralização atual do Mercado, este deus cujo poder dispensa demonstração, pois ele já conseguiu conquistar o mundo (Dufour, 2007, p.102)

Este mercado que nos comanda tem características particulares:

Ele não aponta para uma origem. Apresenta-se como imanência transcendental, fundindo o infinitamente múltiplo em super-unicidade. Não há correspondência com uma anterioridade ou uma exterioridade às quais cada pessoa deveria moldar-se. De fato, o Mercado desconhece passado e futuro, ele ocorre sempre no presente, não é mais que um puro espaço de troca generalizada onde se cruzam fluxos, conectando-se e desconectando-se: fluxos de energia, de dinheiro, de matérias cinzentas, de mercadorias, de formas, de imagens. Daí a atual riqueza da *rede* (grifo do autor), que se tornou o modelo de funcionamento de todas as relações que integram as sociedades liberais. (Dufour, 2007, p.107)

1 Il y affirmait que nous étions sortis par étape, à partir du XVIIIème siècle, de la pensée d’un “Homo hierarchicus”, pour en arriver à la pensée d’un “Homo aequalis”, via la pensée économique. En d’autres termes, il tenait que nous étions sortis d’un monde holistique, transcendant, dominé par l’idée d’un tout représenté en Europe par la pensée divine à quoi il fallait se soumettre, pour entrer dans un monde où l’individualisme domine, construit sur l’autonomie des acteurs ou des agents.

Para o indivíduo, nessa pós-modernidade, a conexão (indispensável) com o Mercado exige um esforço contínuo de adaptação a um mundo que não para de se mover, de se transformar, segundo os fluxos e a rede, caracterizada esta por relações horizontais duais que, projetadas nas relações humanas, vão ali formar a *unicidade múltipla* (grifo do autor) que se pode adjetivar como uma imanência transcendental. Não deixa de ser irônico, e trágico, constatar que em lugar de promover a emancipação do ser humano, o capitalismo tenha nos remetido à situação humilhante de “peixe que caiu na rede”! Será?

Terminada esta apresentação das ideias que considero centrais em Dufour, passo aos temas do liberalismo clássico e da contribuição da economia política ao discurso da modernidade. Ali não se pretende, de forma alguma, fazer a crítica do capitalismo ou da ideologia que o fundamenta, pois é bastante ampla e conhecida a literatura marxista e não-marxista, mas crítica, que serve a tais propósitos. Limite-me a apresentar, a seguir, um breve resumo de conceitos e noções básicas que servem para localizar os traços básicos da associação entre ideologia capitalista e sacralização (simbólica) do Mercado, um processo que culmina, depois de muitas gerações, na constituição de uma nova religião — o Divino Mercado.

## Liberalismo clássico, economia política e modernidade

A construção do discurso liberal foi tarefa de séculos. Sucessor da ética paternalista cristã, o liberalismo atingiu dimensão totalizante em meados dos 1800. Há controvérsias e distintas abordagens sobre suas origens, mas “No século passado, o constitucionalismo foi virtualmente identificado com o liberalismo,” afirma A. Vincent, professor de política na Universidade de Gales (Vincent, 1995, p.36).

Por liberalismo clássico entende-se a ideologia da burguesia vitoriosa sobre os movimentos populares e revolucionários que sacudiram a Europa na primeira metade do século XIX. Aquela ideologia foi construída sobre três credos — o psicológico, o político e o econômico —, explicam Hunt & Sherman.

Deve-se a Bentham e a Hobbes essencialmente os elementos centrais do credo psicológico, baseado em alguns pressupostos sobre a natureza humana que são, no mínimo, discutíveis. Segundo eles, todo homem é egoísta, frio e calculista, essencialmente inerte e atomista (Hunt & Sherman, 1996, p.53-69). No credo polí-

tico merece destaque a filosofia do *laissez faire* e a rejeição da intervenção do Estado no processo diretamente produtivo, sob a justificativa de que existem direitos naturais e inalienáveis, vinculados à natureza humana. A ênfase recai no direito à propriedade, visto como pré-condição do desenvolvimento da pessoa. Para Hunt & Sherman há razões históricas que explicam a oposição dos liberais ao Estado, pois a corrupção e a tirania eram práticas correntes das monarquias européias antes das revoluções inglesa e francesa.

No credo econômico a ênfase dos liberais clássicos esteve acoplado ao mais do que controvertido e controverso tema da liberdade individual e à centralidade do livre mercado e do livre comércio na construção do progresso. Por isto, é corrente admitir-se que a economia política clássica fundamentou-se em três pilares: o *homo economicus*, a mão invisível do mercado e o livre comércio, associados às obras de Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e Jean Baptiste Say (1767-1832), como veremos a seguir.

### A Economia Política clássica

É de Adam Smith a criação mítica da mão invisível dos mercados; trata-se da crença em mercados competitivos auto-reguláveis, graças à mediação de preços que oscilam livremente em resposta às variações da oferta e da procura. No ponto de interseção das duas curvas, oferta e demanda, verifica-se o preço de equilíbrio do mercado, ao qual se subordinam as decisões de produção e de consumo. É esta suposta capacidade de auto-regulação que permitiu construir a figura metafórica da “mão invisível do mercado”. Outra contribuição de Smith refere-se à divisão do trabalho, conceito que lhe foi útil na elaboração de argumentos em defesa do livre comércio. Observe-se no entanto que Smith não vincula este conceito à razão e ao aprendizado do homem, mas à natureza humana.

O maior acréscimo dos poderes produtivos do trabalho e grande parte da perícia, destreza e bom senso com que ele é em qualquer parte dirigido, ou aplicado, parecem ter sido os efeitos da divisão do trabalho... A divisão do trabalho, de que derivam tantas vantagens, não procede originariamente da sabedoria humana... É antes a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa propensão para cambiar, permutar ou trocar uma coisa por outra. (Smith, 1989, p. 93 e 77, vol. I)

Mas foi principalmente Ricardo quem formulou o argumento estratégico de defesa e operacionalização do livre comércio, a teoria das vantagens comparativas.

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. (Ricardo, 1996, p. 97)

Ao francês Jean Baptiste Say vincula-se o princípio de que a oferta cria sua própria procura, ou lei dos mercados. Dos três, Jean Baptiste Say é o menos prestigiado dos economistas clássicos, embora suas ideias tenham lançado raízes cuja presença é visível entre os adeptos da *Supply Economics*, que sucedeu às teorias keynesianas na década de 1980.

A centralidade do conceito de mercado no sistema produtivo e na ideologia capitalista não escapou a Marx que, já em 1846, assinalava:

Na história que se deu até aqui é sem dúvida um fato empírico que os indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (...), um poder que se torna cada vez maior e que se revela em última instância, como *mercado mundial* (grifos dos autores) (Marx e Engels, 2007, p. 40)

O *homo economicus* tem origem controvertida e é possível que se trate de construção histórica que levou vários séculos. Há quem vincule a origem deste conceito a Locke (1632-1704) e seu acabamento a vários autores que, no século XIX, adotaram o credo psicológico, postulando que o ser humano era egoísta e racional. Homens racionais são capazes de tomar as melhores decisões em mercados livres. Na produção orientam-se para a busca do lucro máximo, no consumo visam otimizar a própria satisfação/prazer/riqueza.

Importante, neste texto, é enfatizar que se trata de um conceito plenamente utilizado ainda em nossos dias. Em 2002 a Folha de São Paulo publicou artigo do prof. Jorge Grespan, intitulado *O que é importante para conhecer o 'homo economicus'*, escrito em homenagem a Vernon L. Smith e Daniel Kahneman, vencedores do Prêmio Nobel de Economia naquele ano,

...por seus trabalhos numa área limítrofe entre a psicologia e a ciência econômica, tentando mostrar e provar que há um elemento irracional que age na tomada de decisões dos agentes de mercado... Trata-se de uma inovação, segundo a Academia de Ciências da Suécia, pois rompe com o pressuposto de racionalidade do "homo economicus" .... (FSP, 26-11-2002)

A suposição de Dufour, de que a invenção do mercado por Adam Smith correspondeu a um esforço de base teológica, merece comentários que serão feitos na parte final. A seguir queremos registrar a associação dos conceitos de modernidade e progresso no século XIX aos postulados centrais da Economia Política e ao credo político do liberalismo clássico

### O discurso da modernidade

Progresso, racionalidade e liberdade são as palavras mais utilizadas para designar modernidade. Muitas vezes, modernização e civilização confundiam-se, explica Wallerstein:

A fé na possibilidade de melhoramento social foi o alicerce da modernidade.... O mundo moderno foi resolutamente temporal, o que quer que fosse prometido era para ser confirmado aqui e agora, ou então aqui e em breve. Sua busca era resolutamente materialista.... Suas premissas não materiais, abrigadas no conceito de liberdade, em última análise podiam se traduzir em benefícios materiais, e liberdades supostas que não fossem assim traduzíveis, eram geralmente denunciadas como falsas liberdades. ... (Wallerstein, 2003, p. 173-174)

A identificação da modernidade com o individualismo acabou por gerar um impasse, explica Alain Touraine. Na prática, a modernização das sociedades não seguiu o modelo de autonomia total dos mercados e dos indivíduos, pois foi necessária a intervenção do Estado em grande número de países, e, por outro lado, publicidade e marketing passaram a interferir de forma crescente nas decisões de consumo. Para Touraine, apenas "nos Estados Unidos e em países jovens, com fronteiras abertas, triunfou a imagem do empresário solitário, homem de risco, de inovação e de risco". (Touraine, 1992, p.237).

Mais importante ainda, continua Touraine, foi a sujeição do homem moderno à racionalidade [capitalista], pois a separação entre indivíduo, sujeito e ator [social] acabariam por levar à fragmentação da personalidade e à incapacidade de um processo de subjetivação saudável. Se o "sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator", diz Touraine, "a subjetivação é o contrário da submissão do indivíduos a valores transcendentais." (Touraine, 2003, p. 242).

Dany Dufour, por seu lado, assinala que a modernidade foi um momento de mudança permanente do referente universal, de proliferação de grandes Sujeitos, tornando o espaço simbólico muito complexo, comparativamente às sociedades tradicionais ou pré-capitalistas em que o Outro, o grande Sujeito era dotado de essência imutável, que podia assumir formas aparentemente diversas. Ora se apresentava como Um simples (o Deus, no monoteísmo), ora dava-se a perceber como Um múltiplo (Deuses, nas sociedades politeístas). Mas em qualquer caso, nessas formações sociais tradicionais, predominou a hegemonia de um único grande Sujeito, um só Outro, na forma simples ou múltipla.

Nas sociedades modernas, capitalistas e liberais, essa hegemonia se esfacelou e, em lugar do único grande Sujeito, surgiram Outros, diversos grandes Sujeitos, que variaram no tempo e no espaço, segundo as configurações sociais. Mas podemos identificá-los, explica Dufour, e nominá-los: Physis, Cosmos, Deus, Rei, Soberano, Estado, Povo, República, Nação, Proletário, por exemplo. Temos aí construções de natureza diferente, formas não equivalentes, portanto, mas em todas elas permanece, como traço comum e constante, a relação de submissão, entre o sujeito e o grande sujeito, o Outro.

Se o "sujeito" é o "subjectus", o que é submetido, então podemos dizer que a história aparece como uma sequência de assujeitamentos a grandes figuras instaladas no centro de configurações simbólicas... Ou seja ficções diferentes que foi preciso a cada vez edificar com grande reforço de construções, de realizações, até mesmo de colocações em cena muito exigentes. (Dufour, 205, p. 39)

Frente a esses Outros o ser humano se qualificava, aparecendo como súdito, servidor, cidadão, companheiro, camarada, por exemplo. Na passagem das sociedades tradicionais para as modernas a distância entre o sujeito e o Outro se reduziu, este tornou-se mais próximo, mais similar, passível de descrição e de adjetivação.

Na verdade, a admiração, a identificação, a vassalagem talvez, para com Deus ou para com a República, são fatos interiorizáveis por trajetórias e modalidades absolutamente distintas. O primeiro requer a oração, a ida à Igreja, o cumprimento de ritos do nascimento à morte. O segundo exprimiu-se, historicamente, por normas jurídicas e contratuais, pelo sufrágio acessível aos proprietários antes de se tornar universal, por dívidas e direitos (humanos, naturais, civis, políticos, sociais, entre outros), por uma cidadania enfim.

Porque existem vários Outros, o sujeito moderno nunca está em paz, explica Dufour. O coroamento desse processo é o sujeito crítico kantiano, ele é descentrado e precisa recorrer frequentemente à razão. Relembremos que as sociedades modernas foram também períodos históricos em que surgiram novas formas de dominação, não raro violentas, como a que se exerceu sobre os africanos e indígenas latino-americanos.

A articulação do sujeito moderno no espaço simbólico complexo foi, assim, tarefa bastante delicada, angustiante muitas vezes, mas ao construí-la ele se construía a si próprio, tornando-se sujeito e criatura não mais do Criador, mas da sociedade na qual estava inserido. Ele, o sujeito moderno, é, por isto, fruto de ambigüidade e da dialética recorrentes, um sujeito ao mesmo tempo ativo e passivo.

## Neoliberalismo, economistas (neo) novos clássicos e pós-modernidade

Porque se trata de período recente, há muitas controvérsias em torno desses temas. Há autores que situam o neoliberalismo como filosofia política que começa a se formar na virada do século XIX para o XX, após a grande depressão mundial dos anos 1870. Outros o localizam no imediato pós-II Guerra Mundial. Um terceiro conjunto de estudiosos aponta 1970-1980 como período de transição, quando se firma a revolução neoconservadora na Inglaterra e EUA e se tornam hegemônicos princípios básicos de gestão econômica, consolidados em um Pensamento Único, “bíblia de todos os governos neoliberais, dez princípios econômicos que sinalizaram a volta aos preceitos do liberalismo clássico” (Juruá, 2005). Sobre este período, que correspondeu à globalização recente, “verifica-se um elevado consenso entre os autores de que se está diante de uma nova era de universalização do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório.” (Mancebo, 2003, p.1).

Na prática neoliberalismo e pós-modernidade ocorreram simultaneamente à consolidação de um novo centro do poder mundial, os EUA. Seus campos de aplicação contudo estão diferenciados no cotidiano, a expressão neoliberalismo aplicando-se mais à economia e às políticas governamentais, enquanto pós-modernidade designa preferencialmente tendências culturais e literárias. Segundo Perry Anderson:

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. (...) Três anos depois, em 1947, (...) Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pélérin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polany, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pélérin, uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. (...) A partir (de 1973) as ideias neoliberais começaram a ganhar terreno. (Anderson, 1994, p.9)

O sociólogo francês Pierre Bourdieu foi um dos que observou pioneiramente a conversão coletiva à visão neoliberal no momento em que ela se anunciou, em meados dos anos 1970. Em seus estudos, Bourdieu criticou o papel da mídia na propagação dos novos mitos, entre os quais o mito de retorno do sujeito, também assimilado à morte do pensamento de 1968. Segundo Bourdieu, a ascensão das ideias neoliberais

(...) foi acompanhada pela demolição da ideia de serviço público para a qual os novos mestres do pensamento colaboraram com uma série de teorias falsas e equações deturpadas, baseadas na lógica da contaminação mágica e da amálgama denunciadora que foi um recurso utilizado frequentemente, no passado, por seus adversários marxistas; transformando o liberalismo econômico na condição necessária e suficiente da liberdade política, o intervencionismo do Estado é assimilado ao “to-

talitarismo”; identificando soviétismo com socialismo, mostra-se que a luta contra as desigualdades consideradas como inevitáveis é ineficaz (...) e, em todo caso, só pode ser travada, em detrimento da liberdade; associando eficácia e modernidade à empresa privada, por um lado, arcaísmo e ineficácia ao serviço público, por outro, pretende-se substituir a relação com o cliente, supostamente mais igualitária e mais eficaz, pela relação com o usuário, e identifica-se a “modernização” com a transferência para o privado dos serviços públicos mais rentáveis e com a liquidação ou submissão do pessoal subalterno dos serviços públicos, considerado como responsável por toda a ineficiência e excesso de formalismo. (Bourdieu, 1998, p.217-218)

A pós-modernidade, percebe-se, tem sido comumente associada à ascensão, nos anos 1960/1970, de movimentos que ostensivamente passaram a negar os preceitos do moderno. Um dos pioneiros na utilização dessa expressão, Jean-François Lyotard, enfatizou, como traço central da condição pós-moderna, o fim das metanarrativas, que teriam caído em descrédito. Fredric Jameson, crítico marxista norte-americano, vincula a pós-modernidade a uma terceira fase do capitalismo, e nela estaria contida a lógica cultural do capitalismo tardio. O filósofo alemão Jürgen Habermas relacionou a pós-modernidade a tendências políticas e culturais neoconservadoras, voltadas para o combate aos ideais iluministas. Nas palavras de Arrighi e Beverly:

Seja qual for a era que se julgue estar terminando — a era da Guerra Fria, a era mais longa do liberalismo e do iluminismo, ou a era ainda mais longa dos Estados nacionais — percebe-se que a incerteza é algo que inunda o presente e o futuro previsível. (...) é discutível se e até que ponto, os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos poderão continuar a se expandir no tempo e no espaço (...) a força mais importante por trás do futuro choque das civilizações é a mudança no equilíbrio de poder civilizador causada pela modernização contínua do mundo não ocidental (...) parece haver pouco consenso a respeito de qualquer coisa, exceto o fato que uma era da história se encerrou... os colapsos hegemônicos são os momentos decisivos das transições hegemônicas (Arrighi e Beverly, 1999, p. 11-45).

Na verdade, anteriormente ao advento da pós-modernidade, o discurso econômico se distanciara bastante do liberalismo clássico, em razão de mudanças nas conjunturas econômica e política nos países centrais, mas também em resposta à Revolução Soviética de 1917 e à grande depressão iniciada em 1929. Na primeira metade do século XX sobretudo, verificou-se extensa fragmentação do objeto de análise e dos princípios balizadores de conceitos e de teorias econômicas. Coincidiu esse período com a troca de hegemonia no centro imperial, da Grã-Bretanha para os EUA, o que permite assinalar que, assim como a economia política clássica foi a ideologia da burguesia durante o capitalismo liberal e a dominação do Império Britânico, o neoliberalismo é a ideologia da burguesia no momento de hegemonia do poder global e globalizado norte-americano. Ele contempla, por isto, alguns valores básicos e particularmente caros à sociedade norte-americana, como o empreendedorismo e a sujeição do Estado aos negócios privados, por exemplo.

A força da plutocracia norte-americana vem sendo objeto de obras esclarecedoras, dentre as quais destaco *A melhor democracia que o dinheiro pode comprar*, na qual o jornalista Greg Palast expõe a influência das grandes corporações na configuração da recente globalização. Na verdade, e complementando o conceito, o neoliberalismo é algo mais do que a ideologia da burguesia, ele é a ideologia que melhor atende aos interesses dos grandes conglomerados na fase de oligopolização e financeirização do capitalismo globalizado.

Não foi linear a longa transição da economia política clássica para o neoliberalismo. Sucederam-se, nos países centrais, várias escolas de pensamento econômico dentre as quais destaco: neo-clássicos, keynesianos, e novos clássicos. Pela importância que assumiu na América Latina, merece ainda destaque a Escola de Chicago. O marxismo manteve-se como tronco principal dos paradigmas de emancipação até o início dos anos 1980, influenciando sobretudo as ideias que nortearam o desenvolvimentismo e os movimentos de descolonização no imediato pós- II Guerra Mundial. Mas sua influência histórica foge aos objetivos deste artigo.

### Economia neo-clássica

Como já mencionamos, o longo período que correspondeu à troca de hegemonia política, em plano mundial, foi também um período de grandes transformações no discurso econômico. Ênfase a substituição da expressão Economia Política por Teoria Econômica ou simplesmente Economia, salvo nas

correntes vinculadas aos paradigmas de emancipação, seguidoras de Marx. Mas coube-lhes ainda introduzir, como novo fundamento do valor, a noção de “utilidade”, contribuição de excepcional importância ideológica, pois permitiu “enterar” o conceito do valor-trabalho, cara aos economistas clássicos e ao marxismo.

Léon Walras (1834-1910), da Escola de Lausanne, ainda utilizou o termo Economia Política, mas adjetivada, ao lançar sua principal obra *Elementos de Economia Política Pura*, em 1874, dedicada à investigação do equilíbrio geral macro-econômico. Logo em 1890, apareceram os *Princípios de Economia*, de Alfred Marshall (1842-1924) que, após desistir de tornar-se ministro da Igreja Anglicana, integrou a Universidade de Cambridge. Seus Princípios expõem, de forma “científica”, o funcionamento dos mercados e das leis de oferta e procura, e incorporam à teoria econômica os conceitos utilitaristas de Bentham e o marginalismo da escola austríaca. Os Princípios constituem, de fato, a obra fundadora da microeconomia.

Com as demonstrações teóricas de Walras e Marshall, suas equações e gráficos, a burguesia pode, enfim, liberar o discurso oficial do conceito do valor-trabalho. O pensador marxista francês, Henry Denis, atribui a William Stanley Jevons (1835-1882) os trabalhos teóricos iniciais de ruptura com o conceito de valor-trabalho e de enunciado da lei da proporcionalidade das utilidades marginais aos preços dos produtos. Com a identificação do valor aos preços de mercado, surgia a Escola ou Teoria Néoclassica, “novo instrumento de defesa do liberalismo econômico” (Denis, 1967, p.495).

### Keynes x Marx

Foi de curta duração a hegemonia keynesiana. Podemos situá-la no período entre as décadas de 1930 e 1970 ou, mais estritamente, no pós II Guerra Mundial que corresponde ao que se convencionar chamar *Anos Dourados do Capitalismo*. No entendimento de Galbraith,

As ideias eram essencialmente duas. Foram apresentadas em seu livro *The General Theory of Employment Interest and Money*, uma obra complexa, mal organizada e muitas vezes obscura, que deveu grande parte de sua influência aos jovens economistas, que o leram e transmitiram seus temas centrais ao público e ao mundo político. (...) O primeiro e mais fundamental tema do livro é provar que a depressão não é temporária por natureza... A segunda contribuição de Keynes derivava ine-

lutavelmente da primeira: para romper o equilíbrio do desemprego e aumentar a produção e o nível de emprego é preciso suplementar a demanda agregada, ou poder de gasto. A única maneira segura de conseguir isso é o governo tomar emprestados os fundos não-gastos ou, mais precisamente, o seu equivalente e, gastando-os, elevar a demanda agregada e o nível de emprego. (Galbraith, 1994, p.74-75)

Analisando a obra de Keynes (1883-1946), “um homem rico graças a bem sucedidas especulações na Bolsa”, Henry Denis refere-se a ele como um “burguês esclarecido desejoso de salvar a economia de mercado abandonando o *laissez faire* integral.” Para isto, Keynes retomou, afirma Denis, a distinção fundamental introduzida por Marx entre os setores de produção de bens de capital e o de bens de consumo, combateu a lei dos mercados de Jean Baptiste Say, e propôs socializar o investimento sem alterar a propriedade privada dos meios de produção.

Denis registra também que se deve a Marx (1818-1883) uma das contribuições mais importantes na formação da Ciência Econômica: a análise da condição do equilíbrio econômico geral. Esta condição, que se pode expressar na igualdade ex-ante entre o investimento líquido e a poupança líquida, “é a mesma fórmula adotada por Keynes, em 1930, no Tratado sobre a Moeda” (Denis, 1967, p.134-136).

### Escola dos Novos Clássicos

O discurso dos novos clássicos é mais recente. Partiu deles um vigoroso combate às ideias de Keynes. Inauguraram, na história do pensamento econômico, um novo conceito de ampla difusão e utilização nos mercados de capitais — a teoria das expectativas racionais —, que incorporou às variáveis econômicas tradicionais, o fator tempo e a incerteza que lhe é imanente. Para os adeptos dessa escola, os agentes econômicos (trabalhadores, empresas e investidores) realizam suas escolhas racionais com base em expectativas sobre os cenários futuros da economia. “A hipótese de expectativas racionais renovou profundamente a análise econômica” (Lamotte e Vincent, 1991, p 27), particularmente a macroeconomia.

Nas finanças públicas, os novos clássicos formularam uma “conclusão ‘radical’: as políticas de regulação conjuntural, fiscal e monetária, são absolutamente ineficazes”, (Lamotte e Vincent, 1991), e foram responsáveis pela elaboração de fundamentos teóricos que justificavam o engessamento das políticas macroeconômicas, isto é, dos instrumentos de inspiração keynesiana que davam suporte às

intervenções governamentais, sobretudo em períodos sujeitos a crises decorrentes das flutuações cíclicas do capitalismo.

### A Escola de Chicago

Para concluir esta sumaríssima apresentação sobre as metamorfoses do discurso econômico elaborado nos países centrais, em seguimento à Economia Política clássica, falta apenas breve referência àquela cuja influência política foi maior, e talvez mais perversa — o tempo dirá —, sobre nossos países da América do Sul. Seus bastidores são desvelados por Naomi Klein em *A Doutrina do Choque*.

Existem poucos ambientes acadêmicos tão profundamente mitificados quanto o departamento de economia da Universidade de Chicago, uma instituição plenamente consciente da sua importância não apenas como faculdade, mas como uma Escola de Pensamento. (...) Entrar ali significava alistar-se numa batalha. Gary Becker, um economista conservador e ganhador do Prêmio Nobel, resumiu a questão: “Nós éramos guerreiros em combate contra a maior parte dos outros membros da profissão.”

O departamento de economia da Universidade de Chicago, assim como o departamento de psiquiatria de Ewen Cameron na Universidade de Mc Gill, estava sob o comando de um homem ambicioso e carismático, cuja missão era revolucionar sua profissão de modo fundamental. Aquele homem era Milton Friedman. Embora tivesse muitos mentores e colegas que acreditavam tão ferozmente quanto ele no *laissez faire* radical, foi a energia de Friedman que deu à escola o seu fervor revolucionário

Como todas as formas de fé fundamentalista, a Escola de Economia de Chicago representa para seus seguidores, um circuito fechado, a premissa fundamental é a de que o livre mercado é um sistema científico perfeito, no qual os indivíduos, agindo em função de seus próprios interesses e desejos, criam o máximo benefício para todos. Se alguma coisa dá errado em uma economia de livre mercado — inflação alta ou desemprego crescente — é porque o mercado não está verdadeiramente livre. Deve haver algum tipo de interferência, alguma distorsão no sistema. A solução de Chicago é sempre a mesma: uma aplicação ainda mais completa e rigorosa de seus fundamentos. (Klein, 2008, p.65-66)

Concluindo enfim, e para ilustrar a forte vinculação Estado-Capital nos tempos recentes, de globalização e pós-modernidade, falta indicar apenas que, na mais recente relação dos bilionários mais poderosos do mundo, elaborada pela Fundação Forbes, o primeiro e o segundo lugar foram ocupados por políticos. Encabeçou a lista o prefeito de New York, Michael Bloomberg, fundador e dono de uma empresa de serviços e informações financeiras, dono de TV a cabo, estação de rádio e revista, autorizado por lei, em outubro de 2008, a concorrer a um terceiro mandato. Na segunda posição figurou Silvio Berlusconi, comandante do conglomerado Fininvest que, “segundo a Forbes, domina canais de TV privada italianos”. (portal Terra, fevereiro 2009).

### A pós-modernidade e o sujeito esquizóide

Para Dufour, e esta é sua originalidade, acredito, o traço maior de ruptura com a modernidade é um novo processo de subjetivação que emerge com a sacralização do Mercado e conduz à formação do sujeito esquizóide, despojado da culpabilidade freudiana e incapaz de exercer o pensamento crítico. De fato, estima-se que 1% da população mundial apresenta distúrbios mentais vinculados à esquizofrenia. Exemplo de esquizofrênico famoso é o matemático norte-americano, John Nash, premiado com o Nobel de Economia nos anos 1990.

Nos portais da Internet, especialmente no Wikipedia, lemos que a esquizofrenia é hoje vista não como uma doença única, mas como um grupo de patologias atingindo todas as classes sociais e grupos humanos. Ela corresponde, pensam alguns, a um tipo de doença funcional do cérebro, caracterizada por fragmentação da estrutura básica dos processos de pensamento, acompanhada pela dificuldade em estabelecer a distinção entre experiências internas e externas, afetando tanto os processos cognitivos quanto o comportamento e as emoções. Na verdade o diagnóstico difere segundo a formação do profissional (psicanalistas ou psiquiatras), embora todos admitam que a ambivalência é um traço comum à esquizofrenia e à psicose. Mas também à bipolaridade, outro distúrbio mental cuja frequência vem aumentando nesses novos tempos pós-modernos.

Na pós-modernidade registra-se ainda uma grande incidência de estados depressivos, distúrbio que Dufour caracteriza como uma melancolia latente, que já atinge um percentual calculado entre 10% e 15% da população mundial. Há também os denominados “comportamentos anti-sociais” que tanto podem se ex-

primir sob a forma de recusa à sociedade e ao Mercado, como à violência sem objeto pré-definido e sem racionalidade objetiva.

As considerações acima concorrem para a percepção de que “a sociedade está doente”, mas são raros os que ousam vincular distúrbios mentais do indivíduo à própria lógica do capitalismo (neo)liberal e à ausência de referenciais externos ao Sujeito. Não dispomos ainda de estudos que permitam vincular as doenças mentais mais frequentes verificadas nesta pós-modernidade ao distanciamento entre o ser humano e o mundo que o cerca, ou à ausência do Outro enquanto referencial de constituição do Sujeito. Isto é, há campos não explorados de pesquisa sobre as causas sociais de distúrbios dessa natureza. Mas, observa-se, já existem “portas abertas” e instigantes, sementes lançadas por discípulos de Freud como Lacan, e por Foucault, entre outros. Fora do campo psicanalítico e psiquiátrico, há filósofos, como Deleuze e Dufour, mas também sociólogos, a exemplo de Bourdieu e Touraine.

Passo agora às considerações finais, dedicadas a alguns comentários sobre fundamentos ontológicos da “religiosidade do capitalismo” e dos fetiches sobre os quais foi construída sua ideologia.

### A guisa de conclusão: capitalismo, religiosidade e sujeito esquizóide

Há muitos estudos, sobretudo no campo marxista, de crítica à ideologia do capitalismo. Entre elas distingo *Rationalité et irrationalité en économie*, de Maurice Godelier, para quem a noção de racionalidade, tal como exposta pelos economistas liberais (clássicos, neoclássicos e novos clássicos) é “a mais necessária e a mais contestada de todas as categorias da Economia Política”. Explicando, Godelier afirma que “não há racionalidade em si nem racionalidade absoluta. O racional de hoje pode ser irracional amanhã, o racional de uma sociedade pode ser irracional em outra. Enfim, não há racionalidade exclusivamente econômica (...) pois a noção de racionalidade requer, sempre a análise do fundamento das estruturas da vida social, de sua razão de ser e de sua evolução.” (Godelier, 1968, p. 291).

Na pós-modernidade, a dominação da economia sobre as outras ciências sociais, com base no primado da racionalidade econômica, chegou ao paroxismo máximo da fantasia na teoria das expectativas racionais, que sustentou a capaci-

dade de previsão do futuro com base na hipótese de comportamento racional dos atores envolvidos nos mercados.

O *Homo economicus*, aquele ser egoísta e racional que procura recorrentemente maximizar sua satisfação frente as opções de consumo, e o faz sob orientação do sistema de preços de mercado, esta ficção da economia política clássica, também já foi muitíssimo criticado. Erich Fromm chegou a notar que, ao longo da expansão capitalista, ele se havia transformado em *Homo consumens*, sinalizando portando a captura do universo individual e do conjunto de valores humanos pelo Mercado e pelo consumismo.

Recentemente, no artigo *Do ódio à violência*, Carmen Da Poian chamou a atenção para a desarticulação dos valores humanos e as metamorfoses do corpo no indivíduo pós-moderno:

O corpo humano vai mudando com próteses e clonagens e as fronteiras entre o natural e o artificial vão se dissolvendo e com elas o Amor, a Arte, a Política são colocadas em questão e em descrédito. E, para além da Moral, a própria Ética sofre abalos, abalos esses que influenciam os campos do Direito, do Poder, da Justiça e até mesmo o Respeito à dignidade da pessoa humana. (Da Poian, 2008)

Tampouco se pode deixar de observar, sobretudo entre os jovens, uma postura de “docilidade” frente aos imperativos do Mercado e do dinheiro/riqueza a ele associados. Não raramente a escolha da profissão se faz em razão da remuneração monetária, de forma absolutamente coerente com as determinações da “racionalidade” capitalista. E o próprio casamento ou união matrimonial, isto é, a escolha do (a) companheiro (a), é decidido muitas vezes por critérios de fortuna/riqueza mais do que por valores comuns e objetivos compartilháveis de vida.

Há no entanto, uma característica da ideologia capitalista que escapa, ou tem escapado, à análise mais profunda dos cientistas sociais (à exceção de Marx, é claro). É o caráter “sagrado” da propriedade privada, este “bem” considerado o mais precioso dentre os direitos naturais, pela economia política clássica e pelos liberais de todos os tempos. Ao Mercado, noção abstrata que designa essencialmente o lócus da troca capitalista, só ascendem os proprietários. Como nem todos os indivíduos são proprietários de bens tangíveis, a universalidade de acesso ao Mercado repousa em outra criação intelectual, a distinção entre trabalho, objeto e produto, e força-de-trabalho, energia humana aplicada à produção.

Dani Rodrik, professor de Economia Política em Harvard, colocou claramente, em artigo recente, a centralidade da propriedade privada na fundamentação ideológica do capitalismo.

...todas as sociedades prósperas são capitalistas, no sentido mais amplo do termo: são organizadas em torno da propriedade privada e permitem aos mercados desempenhar um grande papel na alocação dos recursos e determinação das recompensas financeiras. (Rodrik, 2009)

Registre-se ainda, para acentuar o caráter sagrado e os privilégios outorgados pela propriedade privada, que durante longo tempo só os cidadãos proprietários tiveram acesso à condição de eleitor e à democracia liberal do século XIX. O voto universal é conquista bem mais recente nos países capitalistas.

Juntamente com a propriedade, a liberdade constitui o outro dos grandes “direitos naturais” que nucleiam a ideologia capitalista. Liberdade para quem e liberdade de quê, são temas que já constituíram, em outros tempos, “pré-pós-modernidade”, objeto de muitas controvérsias. Lembro-me de Sartre que, ao associar a liberdade ao ato de decidir e ao objeto da decisão, propôs a inexistência ou a inutilidade da noção abstrata de liberdade.

Direitos naturais evidentemente são crenças, apelam para a fé, mas também para a ignorância e o desconhecimento da História da humanidade. Como são crenças o *homo economicus* e a sociedade atomizada que lhe corresponde, dois dogmas sobre as quais o pensamento anglo-saxão construiu uma visão do corpo social como “sociedade anônima”, da qual o Estado seria simples mandatário (representante dos acionistas).

A crença na mão invisível do mercado, ou na sua capacidade de auto-regulação, é a que mais sofre abalos recorrentes, a cada crise capitalista de grande porte. Mas é logo retomada nos períodos de “prosperidade”. O seu correlato, no plano internacional, é o livre comércio, bandeira de todas as nações em posição imperial.

Para completar o enunciado das crenças associadas à ideologia capitalista, deve-se citar a que mais recentemente assumiu a posição de regra principal nas decisões coletivas — a competitividade. É incrível que em economias dominadas e geridas por algumas centenas de gigantescos conglomerados, ainda se possa atribuir à competitividade [de preços] a conquista de mercados externos. Mas é dela que o capitalismo lança mão na destruição dos direitos “não-naturais”, como

aqueles ligados à previdência social, mas também para reduzir salários da única mercadoria efetivamente universal — a força-de-trabalho.

O Mercado sacralizado/deificado assume, na formação do sujeito pós-moderno o papel de único grande Sujeito, o Outro, sustenta Dufour. Assim, aquela mão invisível criada/inventada por Adam Smith, capaz de regular toda e qualquer troca comercial e financeira, de gerar o máximo de satisfação/progresso/riquezas para o indivíduo e para a sociedade, incomparavelmente superior a qualquer outro agente político e a qualquer outro membro da burocracia pública ou privada, no entender dos economistas clássicos e neoclássicos (e novos clássicos), tornou-se enfim, na pós-modernidade, a divindade suprema

Se para constituir uma religião o capitalismo já dispõe do Deus Mercado, conforme propõe Dufour, não lhe faltam, eu poderia acrescentar, uma bíblia — o Pensamento Único —, sacerdotes — os membros do Fórum de Davos —, e igrejas em profusão — os *shopping centers*. E no ato sagrado da comunhão, pão e vinho simbolizam os “direitos naturais” propriedade e liberdade. À crença na vida eterna, da religião católica, substitui-se agora a crença na universalidade do Mercado.

Seu poder agora é universal e infinito, não mais em decorrência da globalização econômica, mas porque ele foi capaz de capturar a essência da vida, o indivíduo, o conjunto da Humanidade, diz Dufour. Se assim for, ainda será tempo de resgatar aquele Superego coletivo a que Freud se referiu, como instância que elabora ideais e coloca exigências, e entre estas as exigências da Ética? (Freud, 1971, p.103)

Além dos exércitos, com que Deus e a Igreja sempre contaram, a nova divindade comanda tecnologias, processos produtivos, redes planetárias, com poder de vida e morte. Ela pode gerar e distribuir abundância, mas também fome e epidemias. Ela é o árbitro nas situações de guerra e de paz, pode até montar tribunais de inquisição para combater situações sociais indesejáveis. Da sua onipotência infinita gerou-se uma expressão TINA (there is no alternatives), que submete governos e nações à ditadura implacável dos requisitos de competitividade nos mercados internacionais.

Para concluir, e a título de curiosidade histórica, registro a vocação religiosa de dois grandes “sacerdotes” do capitalismo nos séculos XVIII e XIX — Adam Smith e Alfred Marshall. Smith, ao se apresentar em Oxford, era um postulante à carreira eclesiástica. Marshall, que matematizou e colocou em gráficos o funcionamento da mão invisível, planejava fazer do clero o trabalho de sua vida! (Rima, 1977, p.332)

Fetiches não faltam ao capitalismo, diziam Engels e Marx. E o maior deles é a mercadoria que, fetichizada pela economia burguesa, propiciou o ocultamento

das relações entre pessoas e, em última instância, entre classes. Quando o próprio homem é transformado em mercadoria, e designado não mais por nome próprio nem por características pessoais, mas referenciado a um número, o CPF por exemplo, será licito supor que ele constitui, na pós-modernidade, o mais recente fetiche da ideologia capitalista?

A grande força do neoliberalismo, com relação às precedentes formas de dominação, diz Dufour, é que não houve um programa planejado, deliberado, de reeducação das pessoas e da sociedade. Aquelas funcionavam com o controle, o reforço e a repressão institucionais. O novo capitalismo funciona com a desinstitucionalização e com a dessimbolização dos indivíduos. Só portanto, incrivelmente só, o homem-fetiche, o esquizóide pós-moderno.

## Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo." In Sader Emir, e Gentili, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 1999.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DA POIAN, Carmen. *Do ódio à violência*. Rio de Janeiro: Versão eletrônica, outubro de 2008.
- DENIS, Henri. *Histoire de la Pensée Economique*. PUF/Paris, 1967 (2ª edição)
- DUFOUR, Dany-Robert. *A Arte de reduzir as cabeças. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Le divin Marché. La révolution culturelle libérale*. Paris: Denoel, 2007.
- FREUD, Sigmund. *Malaise dans la civilization*. Paris: PUF, 1971
- GALBRAITH, John Kenneth. *Uma viagem pelo tempo econômico. Um relato em primeira mão*. São Paulo: Pioneira, 1994.
- GODELIER, Maurice. *Racionalité e irrationalité em économie*. Paris: F. Maspero, 1968.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital 1848-1875*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HUNT E.K. & SHERMAN Howard J. *História do Pensamento Econômico*. 14ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.
- JURUÁ, Ceci. *O Pensamento Único e o novo modelo econômico brasileiro: uma inserção competitiva no mercado mundial*. Relatório de análise de conjuntura, LPP/UERJ, maio de 2005 (versão eletrônica)
- \_\_\_\_\_. "O vazio na economia: o deserto e as miragens." In Da Poian, Carmem (org), *Formas do Vazio*. Rio de Janeiro: Via Lettera, 2001.
- KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque. A ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LAMOTTE, Henri et Vincent Jean Philippe. *La nouvelle macroéconomie classique*. Paris: PUF, 1991.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril, 1982.
- MANCEBO, Deise. "Contemporaneidade e efeitos da subjetivação". In: Bock, Ana Mercês Bahia.(Org.) *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo, 2003.
- MARX, Karl-Friedrich Engels. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PALAST, Greg. *A melhor democracia que o dinheiro pode comprar*. São Paulo: W11 Editores, 2004.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RIMA I.H. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1977.
- RODRIG, Dani. "Em breve: Capitalismo 3.0". In *jornal Valor*, A-15, 13-15 /02/2009.
- SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- SOBEL, Robert. *A história da Bolsa de New York*. Rio de Janeiro: A Casa do Livro Ltda.
- SADER Emir, e GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- TOURAINÉ, Alain. *Critique de la Modernité*. Paris: Fayard, 1992.
- VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo. Como o concebemos. Ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- www.universia.com.br. As boas lições dadas pelos novos Nobel de Economia.

## Cronologia do processo editorial

**Recebimento do artigo:** 09-abr-2009 | **Envio ao 1º avaliador:** 20-abr-2009 | **Envio ao 2º avaliador:** 24-abr-2009 | **Recebimento da 1ª avaliação:** 01-mai-2009 | **Recebimento da 2ª avaliação:** 05-mai-2009 | **Envio para revisão da autora:** 07-mai-2009 | **Recebimento do artigo revisado:** 21-mai-2009 | **Aceite:** 25-mai-2009.